

**EXAME DE ORDEM 2005.2 - PROVA OBJETIVA
CONSTITUCIONAL**

1. Quanto aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos na Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- d) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

2. Quanto ao Capítulo do “Poder Legislativo” previsto na Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988 é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- b) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- c) Os Deputados, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

3. Quanto ao “Processo Legislativo”, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de

1988, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
- c) A emenda à Constituição será promulgada pelo Poder Executivo, após ser

aprovada pela

Câmara dos Deputados e Senado Federal, respectivamente.

- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

4. Quanto ao capítulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que trata das

“Funções Essenciais à Justiça”, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) O Procurador-Geral da República pode ser destituído de suas atribuições somente na hipótese de haver deliberação da maioria simples dos membros da Câmara e do Senado Federal.
- c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

5. Com relação ao capítulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que trata dos

Direitos Sociais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- c) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 (dezesseis) e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz para ambas idades.
- d) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

6. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Distrito Federal não pode ser desmembrado em Municípios.
- b) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- c) Os territórios não podem ser divididos em Municípios.
- d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

7. As garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, são assegurados aos litigantes e aos acusados em geral, nos processos:
- a) judiciais cíveis e criminais.
 - b) judiciais e administrativos.
 - c) judiciais de natureza criminal.
 - d) judiciais e administrativos que tenham por objeto a demissão de servidor público.
8. Com fundamento na Constituição da República, assinale a alternativa correta:
- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em última instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão for pela concessão da segurança.
 - c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face da constituição.
 - d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. Assinale a alternativa correta:
- a) O prazo de validade do concurso público será de até 3 (três) anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - b) Conforme disciplina a Carta Política, os estrangeiros terão acesso a funções públicas, na forma da lei, mas ainda lhes é vedado o acesso a cargos públicos.
 - c) Pela atual redação emprestada à Constituição Federal, as funções de confiança e os cargos em comissão só podem ser exercidos e ocupados exclusivamente por servidores de carreira.
 - d) De acordo com pacífica orientação jurisprudencial emanada do egrégio Supremo Tribunal Federal, pode a lei, desde que o faça de modo razoável, estabelecer limites mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, emprego e cargos públicos.
10. De acordo com a Lei n.º 8666/93, são modalidades de licitação, **EXCETO**:
- a) processo seletivo e hasta pública.
 - b) concorrência e tomada de preços.
 - c) convite e concurso.
 - d) leilão e convite.

11. Relacione as colunas **A** e **B** pelas definições das espécies de entidades e assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta, da esquerda para a direita, para a melhor relação de cima para baixo na coluna **B**:

Coluna A	Coluna B
I autarquias de Direito	() entidades dotadas de personalidade jurídica Privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Poder Público, criadas por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que os Governos sejam levados a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tais entidades revestirem-se de qualquer das formas admitidas em direito.
II empresas públicas	() qualificações outorgadas pelo Poder Executivo da União para as pessoas jurídicas sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos requisitos previstos em lei.
III fundações públicas	() serviços autônomos, criados por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu
IV sociedades de economia mista	

melhor funcionamento

V organizações sociais

- () entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Privado, criadas por lei para o exercício de atividades de natureza mercantil, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Poder Público.
- () entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de Direito Público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Poder Público e de outras fontes.

- a) II, I, V, IV, III.
 b) II,
 V, I, IV,
 III. c) III,
 I, V, IV,
 II. d) III,
 I, V, II,
 IV.

12. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase: “A prestação de serviços públicos incumbe ao Poder Público, na forma da lei, de modo direto ou”:
- a) sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.
 - b) sob regime de concessão ou autorização de uso, sempre através de licitação.
 - c) apenas sob regime de concessão.
 - d) apenas sob regime de percussão, independentemente de licitação.
13. Assinale a alternativa correta:
- a) É lícito à Administração Pública anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos. Todavia, não pode mais a Administração Pública, a contar da emenda constitucional nº 41, revogar atos por motivo de conveniência ou oportunidade, uma vez que seriam desrespeitados os direitos adquiridos dos administrados.
 - b) As servidões públicas, ao contrário das servidões privadas, caracterizam-se pela transitoriedade. Uma vez cessado o motivo que deu ensejo à sujeição do imóvel serviente, automaticamente cessada a servidão.
 - c) A auto-executoriedade é atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - d) Não há que confundir efetividade com estabilidade do servidor público. A primeira é atributo do cargo. A segunda é aderência, é integração no serviço público depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, que se adquire pelo decurso de tempo.
14. Assinale a alternativa correta:
- a) Uma vez vencida a licitação, tem o licitante-vencedor o direito público subjetivo de ver adjudicado o objeto do certame e, pois, de ver celebrado, no prazo de 90 dias, o respectivo contrato.
 - b) Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados “intuitu personae”, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento de licitação.
 - c) Conforme a nova lei de licitações, já em vigor, não se admite mais a presença, nos contratos administrativos, das denominadas “cláusulas exorbitantes”, também chamadas de “cláusulas de privilégio” ou “cláusulas de prerrogativa”, isto porque feriam o princípio constitucional da isonomia e da proporcionalidade.
 - d) Convênio é espécie de contrato administrativo, pelo qual a Administração se compromete a buscar a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração com a iniciativa privada, como nos casos das PPP - parcerias público-privadas.
15. Conforme a Lei n.º 8666/93 a licitação é inexigível:
- a) Para aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional.
 - b) Na contratação do suprimento de gás natural com concessionário, segundo as normas específicas.
 - c) Para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

- d) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar abastecimento.
16. Acerca dos contratos administrativos regulados pela Lei n.º 8666/93, assinale a alternativa

INCORRETA:

- a) Nos contratos administrativos deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo no caso das licitações internacionais.
- b) A inadimplência do contratado com referência aos encargos fiscais e trabalhistas não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- c) A rescisão administrativa do contrato por culpa do contratado acarreta, entre outras prerrogativas, a possibilidade de ocupação e utilização dos equipamentos utilizados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.
- d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, exonerando a Administração Pública de indenizar o contrato pelos serviços executados até a data da sua declaração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

17. Assinale a alternativa correta:

- a) A antecipação do prazo de recolhimento do ICMS, por intermédio de decreto autônomo do Poder Executivo, é flagrantemente inconstitucional, pois que viola o princípio da legalidade (art. 150, I, CF).
- b) A apuração da base de cálculo do IPTU - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (valor venal, CTN, art. 33), de competência dos municípios,- mediante a reavaliação econômica do imóvel, segundo a previsão dos padrões da planta de valores genéricos, não implica majoração de tributo, motivo pelo qual independe de lei para a sua instituição.
- c) De conformidade com a atual redação do Texto Constitucional, é expressamente vedada a realização de operações de importação de mercadorias sob o regime de "draw back". Tal proibição se deu em virtude da celebração de tratados internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil, a fim de evitar a pluritributação de empresas estrangeiras que realizam negócios no país.
- d) A imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, "d", da Carta Maior (imunidade de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão), não se aplica às contribuições sociais para financiamento da seguridade social, em que pese tais contribuições possuírem clara natureza tributária.

18. Sabe-se que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva (art. 174, CTN). Neste contexto, a prescrição se interrompe:

- I. pela citação pessoal feita ao devedor. II. pelo protesto judicial.
- III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

IV. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Dentre as alternativas acima, estão corretas:

- a) Somente as dos itens II, III e IV.
- b) Somente as dos itens I, II e III.
- c) Somente as dos itens I, III e IV.
- d) Somente as dos itens I, II e IV.

19. Observe as assertivas abaixo.

- I. Como o Código Tributário Nacional é uma lei ordinária (Lei 5.172, de 25.10.1966), quaisquer de seus dispositivos podem ser alterados por lei da mesma espécie normativa.
- II. O princípio constitucional da irretroatividade dos tributos sofreu recente alteração pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que estabeleceu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a vedação de cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- III. É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É possível, todavia, que lei complementar federal exclua da incidência do ICMS, nas exportações, alguns serviços e produtos.
- IV. Compete à União, entre outros, a instituição de impostos sobre: “propriedade territorial rural”; “grandes fortunas, nos termos de lei complementar” e “operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários”. Aos Estados e ao Distrito Federal compete, entre outros, instituir impostos sobre: “transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos” e “propriedade de veículos automotores”. Já aos Municípios compete, entre outros, instituir impostos sobre: “propriedade predial e territorial urbana” e “transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.”

É correto dizer que:

- a) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

20. Observe as assertivas abaixo.

- I. Em matéria tributária, diz-se residual a competência para a instituição de impostos não especificamente previstos na Constituição Federal. Somente a União a detém, uma vez que poderá instituir impostos, mediante lei complementar, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.

- II. De acordo com o princípio da imunidade recíproca, consagrado na Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
- III. Segundo o texto constitucional, o imposto sobre produtos industrializados - IPI será seletivo, em função da essencialidade do produto, e será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o cobrado nas anteriores. Já o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, de acordo com o texto constitucional, será não-cumulativo, e poderá ser seletivo.
- IV. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU não poderá ser progressivo, ao passo que o imposto territorial rural é progressivo, cuja fixação das alíquotas tem o propósito de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

É correto dizer que:

- a) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

21. Observe as assertivas abaixo.

- I. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de impostos ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- II. Entre outras, são causas de extinção do crédito tributário: "pagamento"; "compensação"; "remissão"; "isenção"; "transação" e "prescrição".
- III. Conflito de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é solucionado por resolução do Senado Federal.
- IV. Ocorre bitributação quando o mesmo poder tributante exige impostos iguais do contribuinte, embora em razão de duas leis ordinárias. Já o *bis in idem* ocorre quando dois entes federados tributam a mesma causa jurídica do contribuinte.

É correto dizer que:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa IV está correta.
- c) Apenas a alternativa II está correta.
- d) Apenas a alternativa III está correta.

22. Assinale a alternativa correta.

- a) A atual redação empregada pela Constituição Federal permite que seja lançada taxa para fiscalização de localização e funcionamento de estabelecimentos, tomando como base de cálculo a mesma utilizada para lançamento do IPTU.
- b) O Imposto sobre Serviços (ISS), apesar de ser de competência dos municípios, tem suas alíquotas máxima e mínima fixadas por legislação federal.
- c) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico previstas no *caput* do art. 149 da Constituição Federal, não incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços em razão do princípio da proibição da extra-territorialidade tributária.
- d) A COSIP - contribuição para custeio do serviço de iluminação pública -, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como base de cálculo o valor do consumo lançado na fatura de energia elétrica, conforme disposto na Constituição Federal.

23. Observe as assertivas abaixo.

- I. O crédito tributário decorre da obrigação principal, mas não tem a mesma natureza desta.
As circunstâncias que modificam o crédito tributário necessariamente afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- II. A taxa é um tributo vinculado, o que vale a dizer que seu fato gerador é ligado a um serviço ou atividade estatal.
- III. A instituição e a extinção de tributos excepcionalmente pode se dar por Portaria ou Resolução, desde que emanados da autoridade competente.
- IV. A moratória, que é uma das modalidades de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, somente pode ser concedida em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizado por lei. É vedada a concessão de moratória em caráter geral.

É correto dizer que:

- a) Apenas a alternativa III está correta.
- b) Apenas a alternativa IV está correta.
- c) Apenas a alternativa II está correta.
- d) Apenas a alternativa I está correta.

24. Observe as assertivas abaixo.

- I. O princípio constitucional do não confisco, também denominado princípio da proporcionalidade razoável, apregoa que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrarem impostos uns dos outros com efeito de confisco. Tal princípio não visa beneficiar os contribuintes.
- II. Em matéria tributária, a decadência pode ser interrompida tanto pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal como por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- III. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de

calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência. Nesse caso, o empréstimo compulsório pode ser cobrado imediatamente, ou seja, sem observância ao princípio da anterioridade.

IV. Compete à União, em Território Federal, os tributos estaduais e municipais; ao Distrito Federal cabem os tributos municipais, estaduais e federais.

É correto dizer que:

- a) Apenas a alternativa III está correta.
- b) Apenas a alternativa I está correta.
- c) Apenas a alternativa II está correta.
- d) Apenas a alternativa IV está correta.

DIREITO PENAL

25. Assinale a alternativa correta:

- a) É sabido que para a ocorrência do delito de receptação é preciso ter havido, anteriormente, um delito. Independente de prévia condenação pelo crime anteriormente praticado, bastando comprovar a sua existência, o que pode ser feito no processo que apura a receptação. Mas, conforme o Código Penal, se por algum motivo o primeiro delito não for punido, a possibilidade de punição pelo delito de receptação extingui-se.
- b) Em conformidade com o direito penal o delito de assédio sexual, art. 216-A do Código Penal, é um crime próprio, formal, de forma livre, comissivo, e excepcionalmente, na modalidade omissiva imprópria ou comissiva por omissão, instantâneo, unisubjetivo; unissubsistente ou plurissubsistente.
- c) Em relação ao delito de fraude à execução, art. 179 do Código Penal, a ação penal será sempre privada.
- d) Conforme o Código Penal, as circunstâncias agravantes descritas no art. 61 do referido código, são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando constituem ou qualificam o crime.

26. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) Em conformidade com o direito penal, não há diferença entre crime continuado e delito habitual, pois tanto num como no outro cada um dos episódios agrupados é punível em si mesmo, porque não pertencem a uma pluralidade de atos requeridos no tipo para configurar um fato punível.
- b) Conforme o art. 114 do Código Penal a prescrição da pena de multa ocorrerá em dois anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada; no mesmo prazo estabelecido para a prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- c) O rol elencado no art. 107 do Código Penal, referente a extinção da punibilidade é exemplificativo e não taxativo.
- d) Conforme o Código Penal, a sentença que concede perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

27. Assinale a assertiva correta:
- a) No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força maior ou caso fortuito, a legítima defesa é possível contra agressão humana, coisa ou ataque de animais irracionais.
 - b) No estado de necessidade há conflito entre bens jurídicos, na legítima defesa há ataque ou ameaça de lesão a um bem jurídico.
 - c) No estado de necessidade, existe reação em razão de um perigo, já na legítima defesa existe a ação contra uma agressão.
 - d) Na ocorrência de um mesmo fato não podem coexistir a legítima defesa com o estado de necessidade.
28. Em relação às circunstâncias incomunicáveis, art. 30 do Código Penal, assinale a assertiva correta:
- a) As circunstâncias e condições objetivas não se comunicam aos partícipes, independente de terem ou não conhecimento de tais circunstâncias ou condições.
 - b) As circunstâncias ou condições subjetivas não se comunicam aos participantes, salvo quando forem elementares do crime.
 - c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições subjetivas, mesmo quando elementares do crime, porque as circunstâncias subjetivas são de caráter pessoal, dizem respeito ao agente e não ao fato.
 - d) As circunstâncias elementares não se comunicam aos partícipes, independente de terem ou não conhecimento de tais circunstâncias.
29. Assinale a assertiva correta:
- a) Consta do art. 1º do Código Penal, o princípio *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*, princípio este que resulta em duas regras fundamentais: legalidade e anterioridade.
 - b) A entrada em vigor de lei nova, que deixa de considerar o fato como criminoso, sempre é considerada como uma das causas de extinção da punibilidade.
 - c) A reforma de 1984 do Código Penal, em relação ao tempo do crime, adotou a teoria da atividade, ou seja, pelo momento da conduta, isto é, da ação ou omissão, a qual é aplicada em qualquer situação.
 - d) Em relação ao lugar do crime, nosso Código Penal adotou a teoria da atividade.
30. Assinale a assertiva correta:
- a) Conforme o Código Penal, a revogação facultativa do sursis poderá ser aplicada quando o beneficiário, no primeiro ano do prazo de suspensão, não prestar serviços a comunidade ou não submeter-se à limitação de fim de semana.
 - b) Conforme o Código Penal, a revogação facultativa do sursis poderá ser aplicada quando o beneficiário frustra, embora solvente, a execução de pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.
 - c) Conforme o Código Penal, a revogação facultativa do sursis poderá ser aplicada quando o beneficiário é irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
 - d) Conforme o Código Penal, a revogação facultativa do sursis poderá ser aplicada quando o beneficiário é condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso.

31. Assinale a alternativa correta.
- a) as penas restritivas de direito são, prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos, limitação de fins de semana e multa.
 - b) para efeitos de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 2 (dois) anos, computando o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.
 - c) o trabalho do preso será sempre remunerado, não sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
 - d) a limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

32. Cidadão brasileiro, maior de 18 (dezoito) anos, imputável, comete em território brasileiro o seguinte fato: “seduz mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (quatorze) anos, e tem com ela conjunção carnal, aproveitando-se da sua inexperiência ou justificável confiança. Trata-se de:

- a) Corrupção de menores.
- b) Atípico.

c)

Sedução.

Estupro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código de Processo Penal, quando o acusado se apresentar espontaneamente à autoridade fica vedada a sua prisão independente de qualquer circunstância.
- b) Segundo o Código de Processo Penal, quando a sentença penal condenatória transitar em julgado para a acusação a defesa poderá propor a Revisão Criminal.
- c) Somente nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público, tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada pelo delegado somente nos casos de conveniência da instrução criminal ou conveniência da ordem pública, conformidade com o Código de Processo Penal.

34. Assinale a assertiva correta:

- a) Segundo o Código de Processo Penal o prazo para dar a nota de culpa ao preso é de 48 horas depois da prisão.
- b) A busca em qualquer das suas modalidades só poderá ser determinada de ofício,

é o que preceitua o art. 242 do Código de Processo Penal.

- c) As testemunhas comunicarão ao juiz, dentro de 6 meses, qualquer mudança de residência, sujeitando-se, pela simples omissão, às penas do não-comparecimento.
- d) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes.

35. Assinale a assertiva correta:

- a) Conforme o Código de Processo Penal, a fiança tomada por termo obrigará o afiado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquirido e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Em relação às citações no Processo Penal, quando se tratar de militar a citação far-se-á pessoalmente.
- c) Segundo o Código de Processo Penal se o réu não for encontrado será citado por edital, com o prazo de 30 dias.
- d) Se o acusado citado por edital não comparecer, nem constituir advogado, o juiz deverá nomear um advogado dativo para dar prosseguimento ao processo.

36. Assinale a assertiva correta:

- a) Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença condenatória ou a ação civil será promovida, independentemente de requerimento, pelo Ministério Público.
- b) Segundo o Código de Processo Penal a nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo o tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- c) Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de 10 dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de 3 dias.
- d) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não poderá ser sanada, independentemente do interessado comparecer, antes do ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argüi-la.

37. Assinale a assertiva correta:

- a) Segundo o Código de Processo Penal nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou de residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- b) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstância de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- c) Entre as situações elencadas pelo Código de Processo Penal, o

- recurso terá efeito suspensivo no caso de concessão de livramento condicional.
- d) Em relação ao Tribunal do Júri e segundo o Código de Processo Penal somente cabe o desaforamento do julgamento se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu.

38. Quanto à produção e valoração das provas no processo criminal assinale a alternativa correta:

- a) O exame de corpo de delito direto deverá ser feito até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência da infração.
- b) No que se refere ao sistema de apreciação de provas, vigora como regra geral, no código de processo penal, o sistema da certeza moral do juiz ou da íntima convicção.
- c) Tanto nas infrações que deixam vestígios, como naquelas que não deixam, é indispensável a realização do exame de corpo de delito.
- d) De acordo com a lei de tóxicos, na lavratura do auto de prisão em flagrante e no oferecimento da denúncia, basta a assinatura de um perito oficial, ou mesmo de pessoa leiga, no laudo de constatação provisória da natureza da substância entorpecente, para comprovação da materialidade do delito.

39. Analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A arguição de falsidade, feita por procurador, não exige poderes especiais.
- b) Para a decretação do seqüestro é necessária a comprovação plena da proveniência ilícita dos bens.
- c) O conflito de jurisdição poderá ser suscitado apenas pela parte interessada ou pelo Ministério Público.
- d) A arguição de exceção de suspeição, no processo criminal, precederá qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.

40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Caberá recurso em sentido estrito, da decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- b) O ato será declarado nulo, segundo a regra que vigora no Código de Processo Penal, mesmo que não resulte prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- c) O protesto por novo júri é privativo da defesa, e somente se admitirá quando a sentença condenatória for de reclusão por tempo igual ou superior a 20 (vinte) anos, não podendo em caso algum ser feito mais de uma vez.
- d) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

DIREITO CIVIL

41. Assinale a alternativa correta:

- a) O segurador poderá resolver o contrato de seguro se as informações equivocadas fornecidas pelo segurado, no momento da contratação,

foram prestadas de boa-fé.

- b) O contrato de depósito é oneroso, salvo se houver convenção em contrário.
- c) As disposições constantes do Código Civil de 2002, relativas aos contratos de seguro de dano, consagram o princípio indenitário.
- d) Salvo disposições em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha não acarreta a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.

42. Assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de compra e venda tem o condão de transmitir o direito real de propriedade.
- b) Presumir-se-á, de modo absoluto, a intenção do proprietário de não mais conservar em seu patrimônio imóvel abandonado quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.
- c) Como o Estado democrático de direito confere o monopólio da força ao Estado, o possuidor turbado ou esbulhado na sua posse não poderá, em nenhuma hipótese, manter-se ou restituir-se por sua própria força.
- d) Os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados;
os civis reputam-se percebidos mensalmente.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) O possuidor da herança está obrigado à restituição dos bens do acervo, mas se estiver de boa-fé, tem direito de ficar com os frutos percebidos.
- b) Se o legatário for menor, o legado de alimentos abrange exclusivamente os gastos com alimentação e educação.
- c) O autor da herança que não possui filhos pode dispor de mais da metade de seus bens em testamento.
- d) João falece, tendo como herdeiros necessários apenas seus dois filhos, Pedro e Lucas. Se Pedro renunciar sua parte da herança, esta será dividida entre seus filhos, que serão chamados por direito de representação.

44. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da função social do contrato aniquilou a função econômica do contrato pois, diante da nova sistemática, o interesse das partes deve ceder diante do interesse social.
- b) O princípio da autonomia da vontade significa ampla liberdade de contratar, ou seja, os interesses privados sobrepujando-se aos interesses públicos.
- c) Dentre as funções dos contratos, pode-se destacar: a econômica, na medida em que representa instrumento de circulação de riquezas e difusão de bens; a social, considerando que seu exercício dirige-se para a satisfação de interesses sociais.
- d) O princípio da supremacia da ordem pública é também designado como princípio da intangibilidade.

45. Assinale a alternativa correta:

- a) A teoria da base objetiva do negócio jurídico, apesar de vincular-se, originariamente, à cláusula *rebus sic stantibus*, dispensa o requisito imprevisibilidade como fundamental para a licitude da revisão ou resolução do contrato.
- b) É ilícita a compra e venda entre cônjuges.
- c) A boa-fé objetiva, boa-fé lealdade ou boa-fé confiança denota a idéia de crença errônea acerca da existência de determinada situação jurídica.
- d) A venda de bem, seja móvel ou imóvel, de ascendente para descendente sem o consentimento expresso dos demais descendentes e do cônjuge do alienante é negócio nulo.

46. Assinale a alternativa correta:

- a) Adquire-se a posse, entre outros casos, pela usucapião.
- b) Adquire-se a propriedade imóvel, entre outros casos, pela usucapião.
- c) O direito brasileiro não admite a posse indireta.
- d) Domínio é o direito real que proporciona a seu titular apenas usar e gozar da coisa, sendo vedada a possibilidade de dispor do bem.

47. Assinale a alternativa correta:

- a) A possibilidade jurídica de constituição do direito real do promitente comprador de imóvel fica afastada quando houver no contrato cláusula de arrependimento.
- b) A recusa do promitente vendedor em celebrar o contrato definitivo de compra e venda dá ao promitente comprador, titular de direito real, a possibilidade de reparação das perdas e danos sofridos, dispensando-se a prova do dano, que, no caso, se presume.
- c) O direito real do promitente comprador constitui-se exclusivamente pelo registro de instrumento público de promessa de compra e venda de imóvel no Registro de Imóveis.
- d) O direito à adjudicação compulsória do imóvel é conferido ao promitente comprador, titular de direito real, que tenha cumprido mais de 60% de suas obrigações.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) Caracteriza-se a obrigação solidária pela multiplicidade de credores e/ou de devedores, tendo cada credor direito à sua quota da prestação, e, estando cada devedor obrigado somente pela sua quota parte da dívida.
- b) O devedor de coisa certa não pode dar outra, ainda que mais valiosa, nem o credor é obrigado a recebê-la.
- c) Nas obrigações alternativas a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- d) A extinção das obrigações dá-se, exclusivamente, pelo seu cumprimento, ou seja, através do pagamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. Com relação à possibilidade de decretação da prisão civil do devedor de alimentos, de

acordo com o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é certo afirmar:

- a) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende somente as três prestações anteriores à propositura da ação.
- b) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo.
- c) Não há possibilidade de decretação da prisão civil por débito alimentar.
- d) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores à propositura da ação e as que vencerem no curso do processo.

50. Poderá ser aproveitado(a) como prova emprestada no processo civil brasileiro:

- a) o depoimento testemunhal de pessoa já falecida, produzido em processo do qual participaram as partes e o juiz da causa em que se deseja produzir a prova emprestada.
- b) o resultado de inspeção judicial realizada pelo juiz da causa, em processo do qual não participaram as partes do processo em que se deseja produzir a prova emprestada.
- c) o depoimento testemunhal tomado em inquérito policial.
- d) o documento já aproveitado em processo anterior.

51. A doutrina pátria enumera três grandes ondas renovatórias pelas quais vêm passando nosso processo civil. Dentre elas, não podemos citar:

- a) simplificação dos procedimentos.
- b) movimento de acessibilidade à ordem jurídica.
- c) tutela dos interesses difusos e coletivos.
- d) eliminação do contraditório para a agilização da prestação jurisdicional.

52. No que diz respeito à diferenciação entre a tutela inibitória e a tutela cautelar, assinale a alternativa certa:

- a) não há diferença entre a tutela inibitória e a tutela cautelar.
- b) a tutela inibitória tem caráter eminentemente repressivo, enquanto a tutela cautelar é preventiva.
- c) a tutela inibitória visa a prevenção de um ilícito, enquanto a tutela cautelar objetiva a prevenção de um dano.
- d) a tutela inibitória é prestada sempre em caráter provisório, ao passo que a tutela cautelar é definitiva.

53. Assinale a alternativa certa:

- a) Qualquer das partes pode recorrer adesivamente, ainda que não tenha sido vencida na causa.
- b) O recurso especial dispensa o recolhimento do porte de remessa e retorno dos autos.
- c) Cabe sustentação oral no julgamento de qualquer recurso nos Tribunais.
- d) No ato da interposição do recurso, o recorrente deverá, quando exigível pela legislação pertinente, comprovar o pagamento do preparo, sob pena de

deserção.

54. Sobre recursos, é certo afirmar:

- a) Contra o ato jurisdicional que indefere liminarmente o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela, cabe apelação.
- b) São cabíveis embargos infringentes contra acórdão não unânime que negou provimento à apelação.
- c) O agravo de instrumento, cabível contra decisão interlocutória, deve ser interposto, no prazo de 10 (dez) dias, perante o próprio juiz da causa.
- d) Estando o recurso especial ou o recurso extraordinário pendente de juízo de admissibilidade, a competência para conhecer de medida cautelar destinada a lhes atribuir efeito suspensivo é do Presidente do Tribunal de origem.

55. Sobre a resposta do réu, assinale a alternativa certa:

- a) A incompetência relativa deve ser argüida por meio de exceção. Caso isto não ocorra, haverá prorrogação da competência.
- b) Somente o réu pode promover ação declaratória incidental.
- c) A reconvenção deverá ser oferecida juntamente com a contestação, inclusive na mesma peça.
- d) No procedimento ordinário, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, o prazo de resposta será de 60 (sessenta) dias.

56. Assinale a certa:

- a) Há litispendência quando se reproduz ação idêntica, i.e., que tenha as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.
- b) A coisa julgada incide também sobre a fundamentação da sentença.
- c) Reconhecida a conexão, é de se determinar a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado.
- d) Havendo conexão entre ações que tramitam perante juízos com a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele em que se operou a primeira citação válida.

DIREITO COMERCIAL

57. Assinale a alternativa correta:

- a) Não será considerada como estado da técnica a divulgação pelo inventor de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (meses) que precederem à data do depósito ou da prioridade de pedido de patente.
- b) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e veracidade.
- c) A proteção da propriedade industrial no território nacional efetua-se por meio da concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, registro do desenho industrial e de marcas e a repressão às falsas indicações geográficas e à concorrência desleal.
- d) As obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas podem ser objeto de proteção como invenção ou modelo de utilidade.

58. Sobre o tema Sociedade Anônima é correto afirmar:

- a) Os membros do Conselho de Administração, acionistas ou não da companhia e até no máximo um terço do número de conselheiros, poderão ser eleitos para compor a Diretoria.
- b) O acionista signatário de um acordo de acionistas, poderá, verificando a ausência na assembleia geral de outro acionista signatário do mesmo acordo, votar, nos termos do acordo, com as ações pertencentes ao acionista ausente, facultade esta denominada pela doutrina de “autotutela” permitida pelo acordo de acionistas.
- c) A instalação de uma assembleia geral, resguardadas as exceções legais, ocorrerá com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social, em primeira chamada, ou, na mesma data, em segunda chamada, com qualquer número, independente de nova convocação.
- d) A companhia entra em funcionamento mediante o arquivamento dos seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis.

59. Assinale a alternativa correta sobre as afirmações abaixo relativas ao Registro Público de Empresas Mercantis:

- I. As Juntas Comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC, nos termos da lei.
- II. As cooperativas, mesmo sendo por texto de lei consideradas sociedades simples, registram nas Juntas Comerciais os documentos relativos à sua constituição, alteração, dissolução e extinção.
- III. O processo revisional pertinente ao Registro Público de Empresas Mercantis, possui, exemplificativamente, o Pedido de Reconsideração aos despachos singulares ou de Turmas que formulam exigências para o deferimento de arquivamento, e o Recurso ao Plenário das decisões definitivas, singulares ou de Turmas.
- IV. A certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedades mercantis, passada pelas Juntas Comerciais em que foram arquivadas, é documento hábil a transferir por transcrição no registro público competente, os bens imóveis com que o subscritor contribui para a formação ou aumento do capital social.

Assinale a correta:

- a) Somente a I e IV estão corretas.
- b) Somente a II e III estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Somente a I e III estão corretas.

60. Assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade limitada é constituída por sócios que reciprocamente se obrigam a

- contribuir, com bens ou serviços, para o exercício da atividade empresarial.
- b) O administrador não sócio, quando permitido em contrato social de sociedade limitada, será designado pela unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, sendo, por sua vez, destituído pela aprovação de titulares de quotas correspondente no mínimo a dois terços do capital social.
 - c) A sociedade em nome coletivo é formada por sócios pessoas físicas, respondendo cada sócio limitadamente ao valor do capital social.
 - d) A sociedade em conta de participação, mesmo que registrada, não forma personalidade jurídica própria.

61. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n.º 11.101/2005:

- a) O plano especial de recuperação judicial preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do deferimento do pedido pelo Juiz.
- b) O plano especial de recuperação judicial abrangerá exclusivamente os créditos quirografários.
- c) O plano especial de recuperação judicial abrangerá, além dos créditos quirografários, os créditos de arrendador mercantil e os de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade.
- d) O plano especial de recuperação preverá o parcelamento em até 24 parcelas, mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

62. Sobre cheque, de acordo com a Lei n.º 7.357/1985, é correto afirmar:

- a) O cheque pagável a pessoa nomeada, com cláusula “não à ordem”, ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de endosso.
- b) O sacado não pode exigir, ao pagar o cheque, que este lhe seja entregue quitado pelo portador.
- c) O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
- d) O emitente garante o pagamento, considerando-se válida a declaração pela qual se exima dessa garantia.

63. Sobre sociedade limitada, de acordo com a Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil) é correto afirmar,

EXCETO:

- a) As atribuições e poderes conferidos pela lei ao conselho fiscal não podem ser outorgados a outro órgão da sociedade, e a responsabilidade de seus membros obedece à regra que define a dos administradores.
- b) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- c) A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- d) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, caso tenha sido instituído, será fixada, semestralmente, pela assembléia dos sócios que os elegeu.

64. Sobre estabelecimento empresarial, de acordo com a Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil), é correto afirmar:

- a) Não pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, mesmo que sejam compatíveis com a sua natureza.
- b) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento poderá fazer concorrência ao adquirente a partir do segundo ano subsequente à transferência.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, sempre de modo expresso, em trinta dias a partir da sua notificação.
- d) O contrato que tenha por objeto o arrendamento do estabelecimento só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.

DIREITO DO TRABALHO

65. Escolha a alternativa correta quanto ao instituto do aviso prévio à luz das Súmulas do TST:

- I. É possível a ocorrência do aviso-prévio nos contratos a termo.
 - II. É possível a configuração da justa causa no curso do aviso prévio, inclusive por abandono de emprego.
 - III. A redução da jornada de trabalho no curso do aviso prévio não é exigível caso sejam pagas as horas extras correspondentes.
 - IV. A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.
 - V. É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego.
- a) Somente a alternativa II está correta. b) Somente a alternativa V está correta. c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas. d) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

66. Com base na norma celetista, escolha a alternativa correta considerando as utilidades abaixo que

não são consideradas como salário, independente de descontos:

- I. Vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.
- II. Educação do empregado e dependentes, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
- III. Habitação.

- IV. Assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro- saúde.
- V. Seguros de vida e de acidentes pessoais.
- VI. Previdência privada.

- a) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente a alternativa VI está correta.
- c) Somente a alternativa V está correta.
- d) Somente as alternativas I, IV, V e VI estão corretas.

67. Quanto à rescisão contratual, escolha a alternativa correta:

- I. O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, salvo se existir acordo individual regulando o assunto.
- II. O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, não precisa especificar a natureza das parcelas pagas ao empregado, desde que o valor quitado coincida com os seus proventos.
- III. O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.
- IV. Qualquer dedução no pagamento das verbas rescisórias não poderá exceder o equivalente ao salário do empregado.

- a) Somente a alternativa III está correta.
- b) Somente a alternativa IV está correta.
- c) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.

68. Escolha a alternativa correta:

- I. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.
- II. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- III. A compensação de jornada de trabalho deve sempre ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva.
- IV. O acordo individual para compensação de horas é inválido ainda que não exista norma coletiva em sentido contrário.

- a) Somente a alternativa III está correta.
- b) Somente a alternativa II e III estão

- corretas. c) Todas as assertivas estão incorretas.
d) Somente a alternativa II, III e IV estão corretas.

69. Escolha a alternativa correta relativo ao intervalo intrajornada:

- I. Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo cem por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, isentando-se, com o pagamento, de multa administrativa.
- II. Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.
- III. O limite mínimo de 1 (uma) hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido pelo empregador quando se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
- IV. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, no máximo, de quatro horas, independente de acordo escrito ou convenção coletiva.

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Somente as alternativas II e III estão corretas. c) Somente a alternativa III está correta.
- d) Somente a alternativa II está correta.

70. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é correto afirmar:

- a) Nos contratos individuais de trabalho é lícita a alteração das respectivas condições desde que esteja presente o mútuo consentimento.
- b) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. Ainda, entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.
- c) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto salarial será lícito, desde de que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.
- d) Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

71. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é **INCORRETO** afirmar:

- a) Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela

- localidade, enquanto durar essa situação.
- b) É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado, sendo que as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.
 - c) Ao empregador é vedado transferir os empregados que exerçam cargos de confiança.
 - d) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

72. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é **INCORRETO** afirmar:

- a) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, o empregado deve rescindir o contrato de trabalho.
- b) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando, por exemplo: forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
- c) Se o empregador reduzir o trabalho do empregado, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.
- d) O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

ESTATUTO DA OAB

73. Segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b) Não é permitido ao advogado atuar em processo simultaneamente, como preposto do cliente e patrono.
- c) O advogado deve abster-se de utilizar influência indevida em seu benefício ou do cliente.
- d) O Advogado, mesmo sem procuração, pode ter vistas aos processos judiciais, em trâmite ou arquivado, mesmo aqueles que correm ou correram em segredo de justiça.

74. De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, em relação à publicidade na oferta de serviços do advogado, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido ao advogado anunciar seus serviços em rádio ou televisão.
- b) O anúncio de advogado não deve mencionar, direta ou indiretamente, qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, passível de captar clientela.
- c) Ao anunciar seus serviços o advogado pode fazer referência de valor dos serviços ou forma de pagamento.

- d) O anúncio pode ser feito através de *outdoor* ou equivalente.
75. Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da OAB:
- a) O advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
 - b) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional somente podem representar em juízo clientes de interesses opostos quando houver disposição para tal em seus atos constitutivos.
 - c) Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber.
 - d) A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado.
76. Assinale a alternativa **ERRADA**, segundo o Estatuto da OAB, em relação aos honorários do advogado:
- a) Salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.
 - b) A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.
 - c) Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.
 - d) O advogado substabelecido, com reserva de poderes, pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.
77. Assinale a alternativa correta. Você, advogado, foi procurado por um cliente em potencial. Ele explica uma situação que versa sobre direito do consumidor e você se convence que a empresa prestadora do serviço cometeu um erro, mas tomou todas as providências legais para reparar o erro e suas conseqüências. Mesmo assim o cliente insiste em contratar você para ajuizar a demanda. De acordo com o Estatuto da OAB, você deve:
- a) Aceitaria ajuizar a ação, condicionando para tanto que o cliente conseguisse uma testemunha que contasse o caso para o juiz de uma forma um pouco alterada e segundo suas orientações.
 - b) Explicar ao cliente que só entraria com a ação se o mesmo lhe pagasse um valor expressivo de honorários.
 - c) Aceitaria ajuizar a ação, pois, embora sua opinião fosse uma, o que importa é o direito constitucional do cliente em acionar o judiciário quando se sentir prejudicado.
 - d) Recusar ajuizar a ação, pois deve explicar que diante dos riscos de insucesso na demanda estaria agindo de forma temerária.
78. Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da OAB. Numa audiência de uma ação que versa sobre direito do menor, presentes o Magistrado, o Promotor Público e dois Advogados, além das partes, a hierarquia de funções é a seguinte.
- a) O Juiz é hierarquicamente superior, pois ele é quem preside os trabalhos e vai proferir a decisão.
 - b) O Promotor Público é hierarquicamente superior, pois ele defende ali o interesse da sociedade com um todo.

- c) Entre o Advogado, o Juiz e o Promotor não há hierarquia.
- d) O Advogado é hierarquicamente superior, pois defende os direitos do menor.

79. Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da OAB.

- a) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional, em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, mesmo se a falta for cometida perante o conselho Federal.
- b) O Tribunal de Ética e Disciplina não pode aplicar suspensão preventiva, mesmo em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia.
- c) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos, em geral da OAB, são de dez dias, inclusive para interposição de recursos.
- d) Salvo disposição em contrário, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual penal comum e, aos demais processos, as regras gerais do procedimento administrativo comum e da legislação, processual civil, nessa ordem.

80. Assinale a alternativa ERRADA de acordo com o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina:

- a) Mediar e conciliar nas questões que envolvam controvérsias surgidas quando da dissolução de sociedade de advogados.
- b) Mediar e conciliar nas questões que envolvam partilhas e honorários contratados em conjunto ou mediante substabelecimento, ou em decorrência de sucumbência.
- c) Expedir provisões ou resoluções sobre o modo de proceder em casos previstos nos regulamentos e costumes do foro.
- d) Instaurar, desde que provocado pela parte prejudicada, processo competente sobre ato ou matéria que configure, em tese, infração a princípio ou norma da ética profissional.

OAB - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem 2005.2**Gabarito para conferência das provas**

Qst	T1	T2	T3	T4
01	B	C	B	B
02	C	A	D	A
03	C	C	C	D
04	B	D	C	B
05	C	D	B	D
06	C	C	A	A
07	B	D	C	B
08	A	C	B	A
09	D	B	D	A
10	A	B	C	B
11	B	D	A	C
12	A	B	B	A
13	D	C	D	A
14	B	A	C	C
15	C	C	C	D
16	D	B	A	A
17	D	C	B	D
18	A	B	A	A
19	C	A	A	C
20	D	A	C	C
21	A	C	C	D
22	B	B	D	A
23	C	B	D	B
24	A	D	B	B
25	B	B	C	A
26	A	B	B	B
27	B	A	D	A
28	B	D	A	B
29	A	A	B	B
30	C	A	C	D
31	D	D	D	B
32	B	D	D	D
33	C	A	B	A
34	D	A	D	B
35	A	C	B	C
36	B	C	C	A

37	A	D	C	C
38	D	C	B	C
39	D	A	B	D
40	B	A	A	C
41	C	C	A	D
42	B	B	B	C
43	A	A	B	C
44	C	D	C	A
45	A	B	D	C
46	B	B	C	B
47	A	A	A	C
48	B	C	A	A
49	B	B	C	D
50	A	D	B	B
51	D	D	C	C
52	C	B	C	D
53	D	D	B	A
54	D	A	B	D
55	A	D	C	C
56	A	B	C	C
57	C	A	D	D
58	B	C	A	D
59	C	A	A	C
60	D	D	D	D
61	B	D	A	C
62	C	A	C	D
63	D	C	A	A
64	D	D	B	B
65	B	D	D	D
66	D	B	D	B
67	A	D	A	D
68	C	A	A	A
69	A	A	D	A
70	C	D	A	C
71	C	C	D	D
72	A	D	B	C
73	D	C	A	B
74	B	C	D	A
75	C	D	C	B
76	D	D	A	B
77	D	C	C	C
78	C	B	B	C
79	D	B	C	D
80	D	D	D	A